PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PESQUISA/ INICIAÇÃO CIENTÍFICA

AS DENÚNCIAS DE FEITIÇARIAS NA CAPITANIA DE MATO GROSSO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES (1748-1822)

Raíssa Bueno Ramalho (raissa.ramalho099@academico.ufgd.edu.br)

Nauk Maria De Jesus (naukjesus@ufgd.edu.br)

A investigação das práticas de feitiçaria no Mato Grosso colonial, a partir da Devassa da visita geral da comarca eclesiástica de Cuiabá (1785–1787), busca compreender as relações sociais, culturais e simbólicas que atravessavam a capitania de Mato Grosso no final do século XVIII, região marcada por diversidades étnicas, fronteiras de colonização e frágil presença das estruturas formais de justiça eclesiástica. O objetivo geral foi identificar e analisar os casos de feitiçaria registrados, qualificando denunciados por gênero, qualidade e condição social, quantificando as denúncias por localidade e investigando as finalidades atribuídas às práticas. A metodologia combinou leitura direta da devassa com levantamento quantitativo (localidade, gênero, motivação) e análise qualitativa baseada em autores como Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas e Mario Teixeira de Sá Junior, além de discutir a historiografia sobre Mato Grosso colonial e a distinção entre devassas eclesiásticas e ações do Santo Ofício, pois, a Inquisição portuguesa nunca se estabeleceu institucionalmente no Brasil, mas atuou indiretamente por meio de visitadores, denúncias e investigações regionais. Os resultados apontaram 14 denúncias distribuídas entre Arraial de São Pedro D'el Rei (1), Lugar de Guimarães (6), Vila de Bom Senhor Jesus do Cuiabá (4) e Vila Maria do Paraguai (3), envolvendo 10 homens e 4 mulheres, em sua maioria escravizados, indígenas,

pardos e forros. As motivações dividiram-se entre vingança (8 casos), feitiços amorosos (5) e cura (2), com destaque para a associação de feitiços amorosos às mulheres e a prática de cura à Vila Maria do Paraguai. A presença indígena foi significativa, com ao menos 6 denunciados, revelando a persistência de práticas culturais nativas. O estudo do caso de Manoel Quiçamá, escravizado instigado por seu senhor a realizar feitiço contra outro capitão, evidencia o uso estratégico das práticas mágicas pelas elites, que as acionavam em disputas locais e, ao mesmo tempo, as criminalizavam quando conveniente. Esses achados dialogam com a interpretação da feitiçaria como “linguagem do conflito” (SOUZA, 2006) e como “feitiçaria de ganho” (SÁ JUNIOR, 2008), ressaltando sua funcionalidade social e sua capacidade de mediar relações de poder. A análise historiográfica reforça que, em regiões coloniais brasileiras, como Mato Grosso, a repressão era local, seletiva e mais voltada ao disciplinamento moral do que à aplicação rigorosa de normas emanadas de Lisboa ou de tribunais inquisitoriais. Conclui-se que a feitiçaria, longe de ser apenas uma prática marginal ou resistência cultural, integrava um campo de negociações simbólicas e estratégicas onde fé, magia e poder se entrelaçavam, sendo tanto recurso dos subalternos quanto instrumento das elites. Ao revelar a complexidade dessas dinâmicas, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre religiosidade popular, conflitos sociais e usos políticos da feitiçaria no Brasil colonial, especialmente em espaços de fronteira onde os limites entre ortodoxia e transgressão eram constantemente renegociados. Agradecimentos ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pela sua estrutura e incentivo, e aos colegas de pesquisa que tanto auxiliaram na realização deste trabalho.

Palavras-chave: feitiçaria; mato grosso; brasil colônia.